

# A Revolução Cultural e Popular na Líbia de 1973

*Felipe Bressan Giordani  
Gabriela Verdi Borges\**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a Revolução Líbia, desde o Golpe Militar de Muammar al-Gaddafi até meados dos anos 1970. Dessa forma, são analisadas, dentro do escopo deste trabalho, as origens ideológicas, políticas e econômicas do processo revolucionário, que teve seu auge na imposição da Revolução Cultural e Popular em 1973, a qual, por sua vez, abriu espaço para a instauração do Estado da Jamahiriyya - ou “estado das massas” - na Líbia. A esse esforço histórico-descritivo soma-se a análise crítica de aspectos internos e internacionais envolvidos no movimento revolucionário líbio, relevante para o estudo direcionado das revoluções dentro da área de Relações Internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Líbia; Muammar al-Gaddafi; Revolução Cultural; Jamahiriyya.

---

\* Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## 1 Introdução

O esforço de elaboração deste artigo tem como motivação basilar a falta de obras, artigos científicos e estudos dedicados à temática das revoluções em geral e, mais especificamente, da Revolução Cultural e Popular levada a cabo por Gaddafi na Líbia a partir dos anos 1970. Ademais, com o advento da chamada Primavera Árabe em 2011, e o sabido desconhecimento ocidental da história, realidade e verdade dos fatos em países africanos, tal qual a Líbia, busca-se elucidar alguns pontos importantes desse país e de seu antigo líder, uma vez que a veiculação midiática do acontecimento pouco detalha ou se preocupa em noticiar a situação do país a partir de um arcabouço bem fundamentado e embasado da história e da evolução do Estado líbio.

Dessa forma, organizamos este trabalho em três seções distintas. A primeira delas tem como meta a realização de uma retomada histórico-descritiva, de forma a destacar e trazer à tona aspectos-chave para melhor entendermos os elementos essenciais que vieram a influenciar a ascensão de Gaddafi e a formação de sua ideologia. Depois, na segunda seção, discorreremos sobre o cerne da análise deste trabalho: a revolução posta em prática pelo líder líbio a partir da década de 1970, esclarecendo suas principais causas, características, constrangimentos, desenvolvimentos, instrumentos e consequências, desde o golpe militar de 1969 até a implantação da *Jamahiriyya* - “estado das massas”. Por fim, realizamos um diagnóstico crítico da Revolução Líbia, destacando aspectos teóricos e salientando as mudanças fundamentais que ocorreram no período estudado.

## 2 Do domínio Otomano à Monarquia Sanussi

A Líbia encontra-se na costa norte do continente africano, banhada pelo Mar Mediterrâneo e pelo Golfo de Sidra e fazendo fronteira com a Tunísia, a Argélia, o Níger, o Chade, o Sudão e o Egito. Quarto país mais extenso da África e com uma modesta população de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, predomina na região o clima árido e semiárido, o que explica sua baixa densidade populacional - a população concentra-se na região litorânea no norte do país - e sua escassez de terras férteis. Contudo, a Líbia possui a quarta maior reserva de

petróleo do mundo, a maior do continente africano, o que aumenta substancialmente sua importância estratégica e energética no sistema internacional (VISENTINI, QUAGLIA, 2012; MELOS, CLOSS, LUBASZEWSKI, 2015).

O território em que se localiza o Estado líbio na atualidade foi, ao longo de sua história, cobijado e dominado por inúmeros povos, como gregos, romanos, árabes, otomanos, italianos, britânicos e franceses, por exemplo. Este fato fez com que a região transpassasse por várias transformações culturais, religiosas e sociais, que moldaram a criação do seu Estado e a identidade da população que ali vive. Além disso, sendo dividido pelo deserto, o próprio território desenvolveu-se em três segmentos distintos que pouco se identificavam entre si - a saber, os estados da Cirenaica, Tripolitânia e Fazânia. Assim, apesar da longa e distinta história de suas regiões, a Líbia moderna deve ser vista como uma nação relativamente nova, a qual ainda está em processo de desenvolvimento de suas instituições e de uma consciência nacional unificada (METZ, 1987).

**Figura 1** - Divisão política da Líbia



Fonte: Fanack Chronicle of the Middle East and North Africa (2016)

Um dos marcos mais relevantes da história antiga da Líbia constitui a introdução do Islã e a arabização do país, concluída no século XI, por meio da influência dos árabes vindos do Oriente Médio. O Islamismo norte africano, sob vários califados, incorporou sistema de vida distinto, adotando práticas religiosas

indígenas e levando o território a um longo período de prosperidade econômica e cultural (METZ, 1987). Em 1551, os turco-otomanos, também de origem islâmica, tomaram a região e a incorporaram ao seu vasto Império. Foi sob o domínio turco-otomano, no século XIX, que emergiu um movimento religioso de resistência, também islâmico, mas que pregava uma forma puritana e solidária do Islã, dando ao povo instrução e assistência material e criando entre eles um senso de unidade: a ordem Sanussi. Essa ordem conquistou muitos adeptos - majoritariamente na Cirenaica - e adquiriu conotações políticas com o tempo, consistindo na principal força de oposição à invasão e à dominação colonial italiana após o término da Primeira Guerra Mundial (METZ, 1987; MCKENNA, 2010).

Com a queda do Império Turco-Otomano, a Itália ganhou controle sobre a área onde hoje se encontra a Líbia, majoritariamente nas zonas litorâneas do país. O governo dessa metrópole uniu as três regiões em um mesmo sistema administrativo, reprimiu a população e fez grandes investimentos em infraestrutura, criando portos, ferrovias, estradas e projetos de irrigação; porém, deixou os cidadãos que ali se encontravam desprovidos de qualquer treinamento administrativo, técnico ou agrícola. O desenvolvimento econômico e institucional promovido pela Itália perdurou apenas na região da Tripolitânia, devido à forte oposição às investidas italianas que o movimento Sanussi realizava na Cirenaica. Destarte, durante a Segunda Guerra Mundial, a ordem Sanussi uniu forças com os nacionalistas existentes na Tripolitânia e lutou ao lado dos Aliados contra a Itália - que fazia parte do Eixo, na tentativa de obter a independência líbia. Ao final do conflito, os italianos perderam a posse do território, que ficou sob a administração de tropas francesas e britânicas até 1949, ano em que se decidiu na Assembleia Geral da ONU pela independência da Líbia (METZ, 1987; MCKENNA, 2010; VISENTINI; QUAGLIA, 2012).

Nos anos que se seguiram à independência, as Nações Unidas foram incumbidas da difícil tarefa de decidir a criação de um novo governo para a Líbia, uma vez que mesmo o domínio britânico estaria passando por um processo de perda de poder e influência internacional. Vale ressaltar que controlar o território líbio significava, dentro do jogo estratégico mundial, ter uma janela aberta para a região do Mediterrâneo Sul. Ao final deste processo, a solução encontrada foi a de

que o país seria organizado como uma Federação Constitucional de monarquia hereditária, com um parlamento bicameral. Nesse momento, o território do país é, então, formalmente dividido nas suas três províncias - Tripolitânia, Cirenaica e Fazânia -, cada uma delas controlada por governantes indicados diretamente pelo novo monarca (OLIVERI, 2012).

Entretanto, a formação do Reino da Líbia, sob a liderança do monarca escolhido pelas potências ocidentais Muhammad Idris al-Sanusi (da ordem Sanussi), não foi o bastante para gerar um sentimento de unidade entre as distintas regiões do território líbio, que adentraram a década de 1950 empobrecidas, subpovoadas e altamente divididas, com diferentes tradições econômicas, políticas, religiosas e culturais. O regime monárquico e federalista então adotado manteve um alto grau de autonomia das províncias, cada uma possuindo seu próprio parlamento, suas próprias leis e seu próprio orçamento (VANDEWALLE, 2012; MCKENNA, 2010; MELOS; CLOSS; LUBASZEWSKI, 2015).

Ademais, com o intuito de gerar fontes de lucro e obter apoio militar, o rei Idris concedeu bases militares tanto para a Inglaterra quanto para os Estados Unidos no território líbio, o que demonstra a inclinação pró-ocidental da monarquia nas relações internacionais. Nessa mesma época, porém, contrastando com o predomínio ocidental, tem-se a escalada do nacionalismo árabe nos países do Oriente Médio, o qual ganhou força com os discursos do líder egípcio Gamal Abdul Nasser. Esta ideologia de tom antiocidental pregava a independência e a autonomia dos Estados árabes e influenciava profundamente as camadas mais jovens da população líbia, incluindo seu futuro líder, Muammar al-Gaddafi (MCKENNA, 2010; METZ, 1987).

No final da década de 1950, foram descobertas vastas reservas petrolíferas na Líbia, sobretudo no território da Cirenaica, culminando em um aumento substancial da renda nacional e também da influência do Ocidente no país. A partir dessa descoberta, em 1955, a situação do país mudou completamente. Cada vez mais a Líbia tornava-se atrativa para as potências ocidentais e é nesse contexto que ocorre a abertura do país à entrada de várias empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e ao capital externo. Tais companhias, destacando-se o cartel das Sete Irmãs (cartel das sete maiores companhias petrolíferas estrangeiras presentes na Líbia), escoavam

e transportavam o produto sem necessitar do Canal de Suez, contornar o Cabo da Boa Esperança ou atravessar mais de um país neste processo. Tendo isso em vista, a Líbia passou a viver um dilema: o país necessitava da presença e da tecnologia das empresas estrangeiras para desenvolver o lucrativo setor petrolífero; porém, ao mesmo tempo, não desejava de maneira alguma que o setor fosse controlado e monopolizado por elas (OLIVERI, 2012). Assim sendo, a crescente importância da Líbia no mercado global de petróleo resultou na necessidade de se gerirem os lucros petrolíferos de forma nacional, fazendo com que o essencial processo de unificação política formal de suas três províncias fosse finalmente concluído, em 1963 (VANDEWALLE, 2012; METZ, 1987).

Entretanto, a organização de um governo central dominante, liderado pelo monarca Idris, e o crescimento econômico derivado do petróleo não bastaram para suavizar o descontentamento da população com a monarquia, o qual aumentou durante a década de 1960. A ausência de um apoio firme à causa árabe no conflito árabe-israelense, a má distribuição das receitas petrolíferas e o avanço do nacionalismo árabe amplificaram a insatisfação político-social da população, lançando as bases para a sucessão do golpe militar encabeçado pelo coronel Muammar al-Gaddafi em 1969 (VISENTINI; QUAGLIA, 2012).

### **3 A Revolução Cultural e Popular de 1973**

O regime republicano e revolucionário líbio subiu ao poder no dia 1o de Setembro de 1969, por meio de um golpe de Estado realizado por um grupo de jovens militares que derrubou o governo monárquico pró-Occidente da ordem Sanussi. O Conselho do Comando Revolucionário (CCR), novo corpo governamental liderado por Gaddafi, instaurou, então, a República Árabe Líbia, e tratou de fortalecer e criar novas estruturas políticas no país (VANDEWALLE, 2012). Já em seus primeiros anos no poder, Gaddafi evacuou as bases militares estrangeiras ocidentais remanescentes, expulsou as pequenas - porém influentes - comunidades italiana e judia do país, suprimiu todos os partidos políticos, nacionalizou a indústria petrolífera líbia e comprometeu-se com a busca pela unidade árabe e pela liberação da Palestina. Quando da tomada de poder por Gaddafi, o dinheiro e o bem-estar chegavam ao país por meio do petróleo, embora a situação da

desigualdade social permanecesse bastante grave (MCKENNA, 2010; SPOHR ET AL., 2011; SHILLINGTON, 2004).

Destacamos alguns elementos da formação pessoal do líder líbio, os quais são de suma importância, uma vez que influenciaram sua ideologia. Nascido e criado em um sistema tribal e fundamentalista islâmico, Gaddafi teria aprendido com os pais que sua nação fora sempre ocupada e controlada por estrangeiros, e que essas potências externas também torturaram e massacraram cidadãos líbios. A formação de sua liderança e de seu grupo de apoio teria acontecido ainda durante o período de sua formação educacional. Gaddafi dedicava-se mais à carreira militar do que ao seu curso de Direito, desprezando a maioria de seus colegas dentro da Academia, visto que eram provenientes de famílias ricas, ligadas ao Monarca Idris, ou filhos de famílias que negociavam com as empresas estrangeiras em território líbio. Durante a faculdade, seus discursos anti-Israel e pró-Egito propagaram-se, principalmente no meio militar (OLIVERI, 2012).

Em 1966, ao retornar da Inglaterra para a Líbia, o líder começou a recrutar pessoas para sua missão de tomar o poder e de restaurar a ordem política, social e econômica do país, em conformidade com o Islã e livre das influências ocidentais. Em 1969, então, destituiu Idris do poder, por meio de um golpe militar. O novo governo, ressalta-se, não enfrentou resistência e oposição relevantes nem das forças militares ligadas ao rei deposto, nem das potências ocidentais. Os EUA teriam, inclusive, aceitado facilmente o novo Governo, dada a forte aversão de Gaddafi ao Comunismo - considerando que o contexto internacional de 1969 estava determinado pela lógica da Guerra Fria (OLIVERI, 2012).

A Revolução realizada pelo Golpe de Gaddafi consiste em um evento muito amplo e duradouro, pois representa o início da luta contra o sionismo e o imperialismo na Líbia. Ademais, é caracterizada por diversas mudanças internas e de posicionamento internacional, como o acirramento da doutrinação Islâmica, a proibição de tudo que fosse contra os ensinamentos do Islã, a criação de centros culturais para disseminar a história árabe e líbia, a defesa da *jihad*, o fechamento de bases militares estrangeiras ocidentais (norte-americanas e inglesas), a aproximação com o Egito e a crítica tanto ao Comunismo quanto ao Capitalismo. Uma vez ocupando o poder, então, Gaddafi sempre buscou sua legitimidade no discurso

de que a vontade da população deveria ser devidamente representada (OLIVERI, 2012). De maneira simplificada, portanto, o novo regime popular de Gaddafi objetivou angariar credibilidade por meio, principalmente: i) de um discurso antiocidental; ii) da busca pela unidade árabe (ainda que o coronel tenha fracassado em sua tentativa de estabelecer a Federação das Repúblicas Árabes, unindo Líbia, Egito e Síria, devido à oposição popular); iii) da apropriação de aspectos progressistas do Islã como parte do processo revolucionário; e iv) de investimentos dos lucros do setor petrolífero em setores básicos como educação e saúde (MCKENNA, 2011; VANDEWALLE, 2012).

Fundamentando sua ideologia no Islã, o coronel Gaddafi não via qualquer contradição em misturar consciência religiosa com tomada de decisão política. Ele acreditava que o Islamismo poderia trazer a regeneração espiritual e política que os árabes, os muçulmanos e principalmente os líbios necessitavam. Tendo isso em mente, e procurando inspiração também no socialismo árabe, no Pan-Arabismo de Nasser e em ideais antiocidentais, Gaddafi desenvolveu sua famosa Terceira Teoria Universal, emergente no final de 1972, que vinculou religião - o Islamismo - e nacionalismo. Conforme se afirmou anteriormente, o líder líbio rejeitou o sistema político-econômico capitalista ocidental e o comunismo ateu, propondo em sua Teoria uma terceira alternativa de filosofia política, a qual teria como base a busca por um sistema verdadeiramente democrático e popular (SHILLINGTON, 2004).

A Terceira Teoria Universal tornou-se, então, a filosofia oficial da Revolução Cultural e Popular instalada em 1973, após o discurso de Gaddafi na cidade de Zuwara e o lançamento de seu Programa de Cinco Pontos. A demonstração da má compreensão geral da população líbia em relação aos objetivos e aos ideais do coronel e a necessidade de instigar o fervor revolucionário em seus compatriotas foram os principais fatores que estimularam a definição da Revolução e o discurso de Gaddafi naquele ano. Tal movimento surgiu com a missão de trazer à tona uma herança islâmica comum da sociedade líbia e de restabelecer suas tradições, bem como de aplicar o sistema político idealizado pelo coronel, substituir as lideranças tradicionais tribais da Líbia, combater a ineficiência burocrática do Estado e os problemas de coordenação política nacional (SPOHR ET AL., 2011; METZ, 1987).

A partir de 1973, então, os projetos políticos, sociais e econômicos de Gaddafi começaram a entrar em vigor, a partir do lançamento de seu Programa de Cinco Pontos. Nele constavam cinco áreas de reforma: a extinção de todas as leis do regime monárquico e sua substituição pela Lei Islâmica, a *Sharia*; a repressão a todos aqueles que se opusessem ou resistissem à Revolução; a distribuição de armamentos com o intuito de formar uma força nacional protetora do novo regime; uma reforma administrativa, para eliminar a burocracia burguesa abusiva e corrupta do governo; e, sustentando todas as medidas anteriores, a promoção do pensamento Islâmico e da Revolução Cultural e Popular em voga, refutando e destruindo tudo que fosse de encontro ao estabelecido pelo Al Corão (ELJAHMI, 2006; SHILLINGTON, 2004; SPOHR ET AL., 2011).

O principal instrumento de ação para a realização da reforma política oriunda da Revolução foram os chamados “Comitês Populares”. Por meio desse sistema, a população podia de fato representar e reivindicar suas necessidades e demandas, o que legou um impacto positivo em como a sociedade em geral percebia as transformações que estavam ocorrendo. Os comitês, espalhados por todo o território em alguns meses, ficaram responsáveis pela administração local e regional, envolvendo-se diretamente nos processos políticos e no controle da Revolução “a partir de baixo” (OLIVERI, 2012; SHILLINGTON, 2004). Segundo Metz, “no escopo de suas tarefas administrativas e regulatórias e no método de seleção de seus membros, os Comitês Populares incorporaram o conceito de democracia direta proposto por Gaddafi” (METZ, 1987, p.47). De forma a unificar estes organismos, criou-se também o Congresso Geral Popular, órgão de representação estatal e peça central do novo sistema, o qual ficou responsável por coordenar os comitês. O líder desse Congresso - Gaddafi - detinha, desta maneira, o poder de governo da Líbia (METZ, 1987).

Embora o aumento de participação política fosse essencial e muito proveitoso para a população líbia, o que realmente contentava a sociedade eram as reformas básicas que começavam a suprir as necessidades do país. Nesse sentido, destacam-se as evoluções ocorridas a partir da Revolução nas áreas de educação, saúde, moradia e alfabetização, principalmente. Na primeira área, criou-se o Ministério da Educação, aumentou-se o número de anos obrigatórios de frequência escolar de

6 para 9 anos, além de serem construídas mais escolas e contratados mais professores. É de notável importância o impacto positivo das mudanças na educação sobre as mulheres jovens líbias, as quais começaram a frequentar o Ensino Superior e asuperar o analfabetismo. Além disso, foi abolida a poligamia, a idade mínima para contrair matrimônio foi revista e foi criado o Departamento de Assuntos da Mulher. A área de saúde pública foi elevada a direito, devendo seu provimento ser gratuito. Os investimentos e o número de profissionais da saúde também aumentaram. Por fim, no campo da moradia, foi criada uma lei que permitia e garantia a posse de um imóvel por família, bem como foi implementada a redistribuição de terras. No entanto, alguns aspectos negativos dessas mudanças abruptas trazidas pela Revolução devem ser levantados, como: a sobrecarga de atribuições para o Estado, dada a eliminação do setor privado no país; a obrigatoriedade do serviço militar, que reduzia a disponibilidade de mão de obra jovem; e o aumento da oposição dentro de setores da classe média líbia, devido à radicalização das reformas (OAKES, 2011).

Além do Programa de Cinco Pontos, da Terceira Teoria Universal e da formação dos Comitês Populares, a Revolução de Gaddafi foi sustentada e instrumentalizada pelas ideias contidas no seu famoso Livro Verde, publicado em 1975, que reunia os principais aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos pensados pelo líder militar, como as noções de “democracia direta” e de “governo do povo”. Após quatro anos de intensas transformações sociais, a evolução desse novo sistema proposto foi finalmente consolidada em 1977, com a proclamação da *Jamahiriyya* Árabe Popular Socialista da Líbia, o “estado das massas”, constituindo o poder da população e o fim de qualquer forma de instituição convencional de governo. O líder acreditava que a proclamação da *Jamahiriyya* seria a única forma de alcançar uma verdadeira democracia popular, em que o povo seria governado pelo próprio povo. (SPOHR ET AL., 2011; SHILLINGTON, 2004).

Contudo, segundo Shillington,

“na prática, o exercício da democracia popular, pelo menos nas áreas mais complexas do governo, foi limitado pela necessidade de orientação e tomada de decisão esclarecida de uma liderança [específica], que permanecia efetivamente no poder, mesmo com a mudança de títulos e funções” (SHILLINGTON, 2004, p.836).

Assim, Gaddafi, mesmo após a instituição da *Jamahiriyya*, continuou controlando as áreas-chave do Estado, como a polícia, a política externa, o exército, o setor petrolífero e o orçamento estatal (MELOS; CLOSS; LUBASZEWSKI, 2015).

#### **4 Mudanças na Líbia: aspectos críticos**

Durante a monarquia de Idris I, podemos classificar a Líbia como um país internamente atrasado, subdesenvolvido, com sérios problemas no provimento de bem-estar básico para sua população e sem uma proposta de desenvolvimento nacional minimamente concebida ou aplicada. Quando da independência, então, a população líbia se encontrava em situações econômicas e sociais preocupantes, como o analfabetismo e a carência de bem-estar. Faltavam água potável, eletricidade, livros e ferramentas para comunicação. Desse modo, para o novo sistema político federalista funcionar, o Rei Idris manteve a presença estrangeira no país, como a norte-americana, por exemplo, que reabriu suas bases militares utilizadas na Segunda Guerra.

Em suma, a Líbia manteve-se dependente de ajuda estrangeira e vulnerável em relação ao Ocidente. Em contrapartida, Gaddafi, em termos de alinhamento de política externa, ao fechar as bases militares americanas e britânicas, deixou a Líbia sem a necessária assistência militar. Entretanto, o líder não abdicou da segurança de seu país, recorrendo a outros parceiros, como a França e, principalmente, o Egito, além da URSS. Embora não alinhado a qualquer ladoda Guerra Fria, de modo pragmático Gaddafi utilizava os recursos da venda do petróleo para a Europa para comprar tecnologia, sobretudo armamentos e dispositivos militares desses países. Diferiu-se, assim, do alinhamento mais direto com os EUA praticado pelo Rei Idris. Tal pragmatismo condiz com a busca pelo desenvolvimento nacional líbio, diferentemente dos alinhamentos menos socialmente concebidos da era monárquica (OLIVERI, 2012).

Em termos de política externa, dessa forma, pode-se dizer que mesmo o Estado líbio se declarandonão alinhado a qualquer um dos blocos disputantes da Guerra Fria (Socialista e Capitalista) e identificado com o Terceiro Mundo, o país não só era influenciado, como também influenciava a dinâmica desse conflito ideológico. O processo revolucionário fornece, em si, um tipo de alicerce histórico

para o sistema bipolar, de modo a alimentar sua corrida armamentista, dar motivos para a competição entre URSS e EUA, além de significar uma ameaça à estabilidade interna de outros países. Muito dessa visão se verifica no fato de Gaddafi ter rompido com os Estados Unidos quando do Golpe Militar em 1969, e ter se aproximado da URSS, a qual forneceu assistência ao país africano por bastante tempo e em diversos setores. Dessa forma, um importante ponto de influência para o Bloco Soviético se forjava e se solidificava na região do Mediterrâneo Sul, somando países como Egito e Líbia. Ademais, a Revolução e as reformas na Líbia também puderam ser percebidas como exemplo a ser seguido para outras nações árabes, do mesmo modo como Gaddafi se inspirou em Nasser para sua Revolução. Ao se aliar de modo mais visível aos soviéticos, a Líbia transpareceu a ideia do encorajamento revolucionário, uma vez que o fornecimento de sustentação política, o encorajamento ideológico, a força do exemplo e, principalmente, o fornecimento de armas e tecnologia se configuraram como fatos dentro da Revolução Líbia, inserida no contexto de Guerra Fria (HALLIDAY, 1994).

Internamente, Gaddafi adotou medidas mimetizadas às de Nasser, demonstrando o quanto a influência internacional pode chegar em outros líderes e influenciar outros países, por meio de ideologias e de modelos a serem seguidos. Tudo isso, vale ressaltar, permitido e/ou apoiado, principalmente, por uma estrutura interna de pouca ou quase nula atenção e dedicação civil ao processo político, uma vez que a sociedade líbia se constituía analfabeta e essencialmente preocupada com sua subsistência. Para corroborar tal posicionamento, pode-se citar a ideia geral de que em países onde a situação é de preocupação prima com a sobrevivência e o fornecimento de necessidades básicas de bem estar, não sobra espaço ou inclinação para se pensar e se reivindicar direitos políticos e sociais maiores e mais “desenvolvidos”. Em uma sequência do desenvolvimento humano, o desenvolvimento socioeconômico aumenta os recursos econômicos e cognitivos, o que por sua vez torna as pessoas “material, intelectual e socialmente independentes” (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 19). Assim, após a consolidação da segurança existencial, as pessoas podem buscar metas que até então não eram priorizadas, adquirem novas preocupações na medida em que as necessidades básicas já estão satisfeitas. Os chamados “valores de autoexpressão” propagam-se para diversas dimensões da vida, como papéis de gênero,

conscientização dos riscos, meio ambiente, consumo, motivações para o trabalho e para a participação política, essencialmente (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Além disso, em termos de sua ideologia, Gaddafi traçava um paralelo significativo com as visões e ações de Nasser no Egito, uma vez que ambos os líderes compartilhavam o nacionalismo e a unidade árabe, o Islamismo, o inimigo comum figurado em Israel, e o desejo de acabar com a influência estrangeira nos seus países. Para este último aspecto, ressalta-se a importância internacional da Conferência de Bandung em 1955, que enaltecia e determinava princípios como autodeterminação dos povos, não intervenção, não agressão e respeito mútuo, e que resultou na criação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Gaddafi, em outra comparação com Nasser (este último ao nacionalizar o Canal de Suez), também tomou o controle de seu principal setor, o petrolífero, ao dismantelar o monopólio das Sete Irmãs. Ademais, Gaddafi, assim como Nasser havia feito, nomeou “FreeOfficers” para seu exército, fez do “Conselho do Comando Revolucionário” seu corpo governamental, além de publicar o já mencionado Livro Verde, de 1975, em um paralelo bastante claro com o livro de 1954 “A Filosofia da Revolução”, escrito pelo egípcio (OLIVERI, 2012). Nesse contexto, se considerarmos que “o mais importante impacto internacional e internacionalista das revoluções reside não nas ações deliberadas dos Estados, mas na força do exemplo [...]” (HALLIDAY, 1994. p. 155), fica claro o quanto e como o Nasserismo e a política interna e externa adotada pelo Egito sob o comando de Nasser impactaram outras nações, como a que nos interessa aqui, a Líbia.

Em suma, as revoluções em geral, e a da Líbia em particular, tendem a alterar não somente o panorama doméstico de seus países, transformando sociedades, mas também alteram relações entre Estados e nações. Desse modo, a Revolução que depôs o Rei Idris I e que levou Gaddafi ao poder não só modificou substancialmente o funcionamento e a organização dentro do Estado da Líbia, como também entre tal Estado e, por exemplo, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. A busca pelo fim da influência britânica e americana dentro do território líbio leva a fortes oposições da população frente a esses estrangeiros, trazendo consequências como o aumento do apoio à Gaddafi e à sua política externa, e a maior unidade nacional. Vale ressaltar também que, para analisar uma revolução, é importante considerar a influência

do internacional sobre o interno, tanto em momentos de revoltas e de agitação, quanto em momentos de paz e de estabilidade. Isso porque instituições domésticas, aparentemente isoladas do ambiente externo, como estruturas administrativas, sistema tributário, educação e entretenimento, são constantemente moldadas por fatores externos (HALLIDAY, 1999). Assim, definitivamente, foi o caso líbio, com uma sociedade desde sempre ocupada e dominada por diferentes nações estrangeiras.

## 5 Conclusão

A evolução histórica recente da Líbia, desde o Rei Idris até a Revolução que levou Gaddafi ao poder, demonstrou as diferentes fases de desenvolvimento interno e de posicionamento em política internacional pelas quais passou o país. De subdesenvolvimento, extrema desigualdade social, falta de unidade e de um projeto de desenvolvimento nacional e alinhamento aos EUA e ao Ocidente em geral durante o período monárquico, passou-se para a busca do desenvolvimento nacional sob a ditadura de Gaddafi, a participação civil na política interna e externa, e para o posicionamento não alinhado a potência alguma, embora bastante próximo da URSS. Ademais, durante a revolução e a aplicação prática da ideologia de Gaddafi, evidencia-se a importância do petróleo para a projeção do país e sua integração ao sistema internacional, além desse recurso trazer ainda mais à tona a importância estratégica do país diante dos olhos das superpotências.

O processo revolucionário na Líbia, antes de ser um caso isolado ou completamente autônomo, se insere em um contexto maior do sistema internacional. Primeiramente, ocorre durante a Guerra Fria e, assim, é influenciado de diversas formas e influencia tal panorama, na medida em que o país se declarou País Não Alinhado, se distanciou da influência norte-americana e se aproximou da URSS, por exemplo. Segundo, a Revolução transformou substancialmente a sociedade líbia, desde sua organização em termos institucionais até os indicadores de desenvolvimento, perpassando pela internalização do conceito de unidade árabe, pela adoção irrestrita do islamismo e pela promoção do nacionalismo, assim demonstrando a familiaridade com o Nasserismo e evidenciando a influência externa sobre a esfera doméstica.

Por fim, se configura um digno caso histórico a ser estudado, uma vez que apresenta diversos fatos passíveis de serem criticamente analisados no esforço de conectar as revoluções às Relações Internacionais, concebendo os aspectos internos e externos da primeira como mutuamente influenciados.

## The 1973 Libian Cultural and Popular Revolution

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the Libyan Revolution, since the Military Coup of Muammar al-Gaddafi until the mid-1970s. Thus, within the scope of this work, are analyzed the ideological, political and economic origins of the revolutionary process, which had its culmination in the imposition of the Cultural and Popular Revolution in 1973, which, in turn, opened space for the instauration of the State of the Jamahiriyya – or “state of the masses” – in Libya. To this historical-descriptive effort is added the critical analysis of internal and international aspects involved in the Libyan revolutionary movement, relevant to the study of revolutions within the area of International Relations.

**KEYWORDS:** Libya; Muammar Gaddafi; Cultural Revolution; Jamahiriyya.

## Referências

CELJAHMI, Mohamed. **Libya and the US: Qadhafi unrepentant.** Middle East Quarterly, 2006. Disponível em <<http://www.meforum.org/878/libya-and-the-us-qadhafi-unrepentant>>. Acesso em 07 dez. 2016.

FANACK. **Chronicle of the Middle East and North Africa.** 2016. Disponível em: <<https://chronicle.fanack.com/libya/geography/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. Cap. 1.

HALLIDAY, F. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power.** Londres: Macmillan, 1999.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence.** New York: Cambridge University Press, 2005.

MCKENNA, Amy et al. (Ed.). **The History of Northern Africa.** Britannica Educational Publishing, 2010.

MELOS, Ana Carolina; CLOSS, Marília Bernardes; LUBASZEWSKI, Natasha Pereira. **A Situação na Líbia.** UFRGS Model United Nations, Porto Alegre, 2015, p. 236-273.

METZ, Helen Chapin. **Libya: a country study.** In: Washington: GPO for the Library of Congress. 1987.

OAKES, J. **The History of Gaddafi's Pariah State.** Gloucestershire. The History Press, 2011.

OLIVERI, E. **Libya Before and After Gaddafi: An International Law Analysis.** 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master's Degree In Comparative International Relations, Ca' Foscari University Of Venice, Veneza, 2012. Cap. 1. Disponível em: <<http://dspace.unive.it/bitstream/handle/10579/2506/817727-1165480.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

SPOHR, Alexandre et al. **The Situation in Libya.** UFRGS Model United Nations, Porto Alegre, 2011, p. 136-153.

SHILLINGTON, Kevin. **Encyclopedia of African History: Volume 1 A-G.** New York: Fitzroy Dearborn, 2004.

VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya.** 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; QUAGLIA, Laura de Castro. Líbia. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; Equipe CEBRAFICA (Org.). **Os países africanos: Diversidade de um Continente.** Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2012, p. 33-38.